

Editorial

Wolfgang Knöbl, nesta edição, prossegue com suas reflexões sobre o nacionalismo britânico, habitualmente designado ou confundido como “inglês”. Trata-se de tema-chave para a compreensão da dinâmica política moderna. Admitindo que o sentimento nacional tornou-se, nos últimos dois séculos, imprescindível à legitimação do Estado, como explicá-lo em se tratando de Impérios? O “Reino Unido”, que tem combinado valores modernos com instituições arcaicas e instinto de dominação mundial, parece ser um caso explícito de navegação a contrapelo.

Respeitar o soberano, temer sua força, amá-lo e engajar-se em luta de vida e morte em defesa de seus domínios, certamente, envolve sentimentos e pulsões que não podem ser simploriamente atribuídos ao “patriotismo”. Não obstante, é inegável a capacidade do Império Britânico de despertar afetos profundos entre seus cidadãos (ou súditos?). Sem tal capacidade, seria difícil imaginar como sua expansão, do início do século XIX à Segunda Guerra Mundial, atingiu lugares do planeta até há pouco desconhecidos dos europeus. Poderio militar, domínio tecnológico e capacidade econômica se conjugaram para garantir-lhe a condição de grande definidor de uma “ordem mundial” indispensável ao desenvolvimento capitalista. Mesmo após seu declínio relativo e a configuração da hegemonia estadunidense, a “Grã-Bretanha” persiste como força indiscutível no tabuleiro das relações internacionais. Isso seria impensável sem que lograsse alimentar o sentimento nacional de seus cidadãos, a despeito de suas profundas diferenças culturais e suas infundáveis tensões.

Em seu estudo, Knöbl explora as contendas políticas e religiosas vividas pelo Império. Com as revoltas dos católicos irlandeses, a diversidade institucional entre a Inglaterra, a Irlanda do Norte, o País de Gales e a Escócia – diversidade que por algum tempo não

foi admitida como um problema –, na segunda metade do século XX, tornaria menos cômoda a indistinção entre o “inglês” e o “britânico”. O Reino, unido pela força, não por afetividades inatas, seria submetido a arranjos político-administrativos descentralizadores em virtude da persistência e do crescimento de sentimentos nacionais manifestados de forma sangrenta. Este artigo sugere que, no caso dos Impérios, a legitimidade política não pode ser facilmente equiparada aos processos experimentados por Estados que se apresentam como resultantes de “vontades nacionais”.

No décimo quarto número de *Tensões Mundiais*, reunimos alguns trabalhos que estimulam o debate sobre a dinâmica cultural associada à construção das nacionalidades. As obras de dois renomados escritores latino-americanos, Mário Vargas Llosa e Rachel de Queiroz, são examinadas, respectivamente, por Angela Gutiérrez e Ana Maria Roland. Um romance recente de Llosa incorpora procedimentos de documentário à ficção para narrar a trajetória do personagem histórico, Roger Casement, irlandês que lutou contra o domínio britânico em seu país e as condições subumanas dos trabalhadores da extração da borracha no Congo e na Amazônia peruana. Já Ana Roland analisa um livro da sertaneja do Nordeste brasileiro que emergiu no ciclo renovador do modernismo. Ao retomar sob uma ótica diferenciada a demarcação de traços característicos da nacionalidade brasileira, o modernismo valorizou o que passaria a ser reconhecido como “regional”. No exemplo em pauta, a autora destaca os dramas e heróis populares.

Jaqueline Laguardia explora as crescentes repercussões da chamada “indústria cultural” na atividade econômica. Sendo a cultura um proclamado fator distintivo da comunidade nacional, como ficam as singularidades quando os bens culturais são massivamente produzidos, distribuídos e “consumidos” a toque de caixa? Em passado não tão distante, a educação formal era costumeiramente admitida como pilastra-chave de uma cultura nacional, inclusive pelo fato de ensinar a habilidade de leitura e a ampliação da indústria literária. Ocorre que, em âmbito global, os sistemas educacionais sofrem impactos profundos com o advento da comunicação eletrônica e a prevalência da noção de que a escola deve se voltar para atender às necessidades do mercado.

As resistências a essa tendência despontam em todo o mundo e, na América Latina, o caso chileno é o que mais chama a atenção. Nessa edição, Sebastián Donoso argumenta que o movimento pela reforma da educação no Chile coloca em xeque o poder social e econômico de atores políticos “convencionais”.

O sistema de ensino público foi implantado no século XIX paralelamente à modernização dos instrumentos de força do Estado. As instituições militares tiveram papel proeminente como promotoras da educação e impulsionadoras do desenvolvimento científico e tecnológico. Desde o final do século XX, o próprio ensino militar, fortemente estandardizado, passou a experimentar mudanças rápidas e profundas. *Tensões Mundiais* oferece dois artigos abordando essa temática. Germán Soprano discute a reforma da formação básica dos oficiais argentinos enfatizando as possíveis aproximações da educação militar com o ensino universitário civil. Por seu turno, Sued Lima observa a dissociação entre a formação dos oficiais das Forças Armadas brasileiras e as transformações democráticas vividas pelo Estado e pela sociedade. Em seu texto, especula acerca da preservação da visão antidemocrática que marca o ensino militar nas últimas décadas e os movimentos da cúpula militar para que ele não seja alterado.

A matéria assinada por Luiz Rogério Goldoni sobre a campanha “Consumo de Artigos Nacionais”, encetada pelo Exército brasileiro durante o Estado Novo, proporciona elementos importantes para análise do esforço atualmente despendido buscando reduzir a dependência tecnológica da defesa militar do país. De fato, em meados do século XX, os comandantes militares brasileiros já percebiam claramente a estreita relação entre a capacidade militar e a capacidade técnica e industrial. Em vista disso, procuraram entrosamento com empresários e se empenharam em dotar suas corporações de instituições de ensino e pesquisa. É indubitável o nível de excelência logrado por escolas como o Instituto Militar de Engenharia e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica; mas não bastou para que fosse reduzida a dependência das corporações nacionais diante dos fornecedores externos. Agora, quando a assimetria de meios à disposição das Forças Armadas do Brasil e das grandes potências se agrava, uma leitura atenta do trabalho de

Goldoni pode ajudar a amadurecer as ideias acerca dos vínculos entre o ensino militar e a indústria de defesa.

Na sequência, Vágner Camilo Alves e Márcio Teixeira de Campos discutem o impacto da Guerra das Malvinas no Exército brasileiro. Após um exame de aspectos estratégicos, táticos e operacionais, os autores apresentam as reflexões produzidas pela instituição militar brasileira sobre o conflito. Experiências guerreiras, mesmo as do passado remoto, são permanentemente estudadas pelos militares. As apreciações, certamente, variam conforme as circunstâncias. O interesse pela Guerra das Malvinas cresce em relevância nessa fase em que o conjunto de países sul-americanos se empenha rumo a uma integração imprescindível.

As disputas capitalistas pelo domínio de áreas ricas em recursos naturais e de mercados consumidores em expansão esquentam a olhos vistos e chegam de forma explícita à América do Sul. Enquanto o subcontinente esteve dominado por nefandas ditaduras militares, o sonho da integração foi sistematicamente boicotado, fechando-se, assim, o caminho para uma política de defesa conjunta, única alternativa sólida para garantir a soberania em face de condições tão assimétricas como as que exibem os países sul-americanos e os Estados hegemônicos. Derrotadas as ditaduras e vitoriosos, em muitos países, os governos de teor democrático-popular, abrem-se perspectivas alvissareiras para decisões coletivas. Uma aventura desastrosa como a dos generais argentinos que tentaram, sem legitimidade e sem meios, retomar as Malvinas seria inimaginável.

Mas, falando de integração regional, entram em pauta, forçosamente, as nações e as veleidades exclusivistas que lhes são inerentes. Até hoje, os sentimentos nacionais na América Latina foram sobremaneira cultivados pelas tensões com vizinhos. A glória maior arguida pelas Forças Armadas ao longo do percurso do Estado brasileiro continua sendo o massacre de paraguaios imbuídos de amor à sua terra. É hora de tratar a defesa como assunto eminentemente político, não uma questão estritamente militar.

No artigo que finaliza esta edição, Esteban Morales revisita a chamada “Crise dos Mísseis” e indaga, entre outras coisas, se no ano de seu quinquagésimo aniversário tal contenda foi

solucionada. Talvez esse tenha sido o instante de maior perigo no vasto histórico de tensões entre o país capitalista hegemônico e o Estado soviético, por décadas, o poderoso aliado de muitos democratas e patriotas latino-americanos na luta anti-imperialista.

A julgar pela postura de oficiais latino-americanos, notadamente brasileiros – da ativa e da reserva – que insistem em apontar aspectos positivos nas sinistras ditaduras e em acoimar os defensores da democracia de lado “perdedor”, a pergunta de Morales tem cabimento. Subjacente à “Crise dos Mísseis” em Cuba estava o confronto entre perspectivas diferenciadas de enfrentamento dos problemas sociais e a vontade de garantir a soberania de nações que os Estados Unidos, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, tomavam como sua zona de influência exclusiva.

Perseveremos para chegar o dia em que a defesa conjunta de soberanias nacionais seja ponto indiscutível para os latino-americanos. Afinal, nossas comunidades nacionais não conhecerão sossego tendo inimigos como vizinhos.

Os Editores